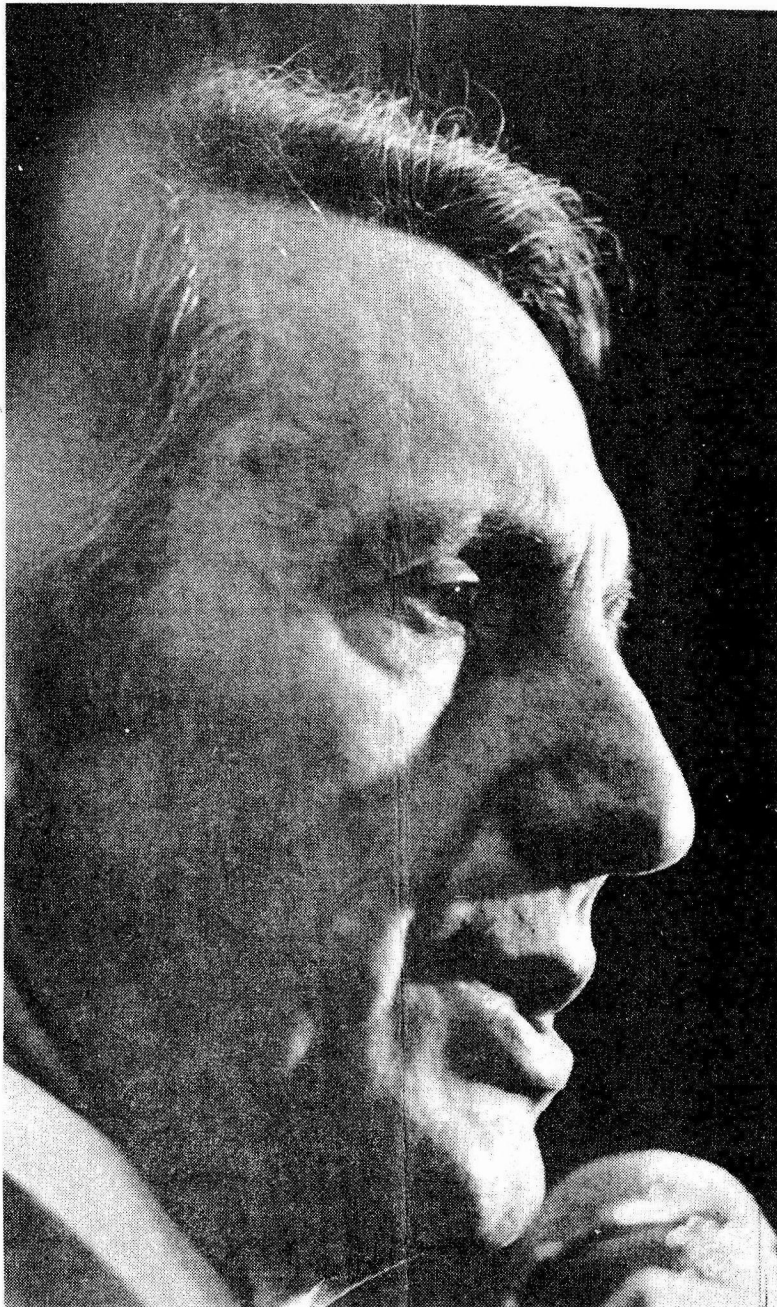


Funaro viaja com apoio dos empresários



Com o respaldo dos empresários, Funaro negocia a dívida

São Paulo — A volta à liberdade de mercado promovida pelo plano Funaro foi o principal fator do respaldo conferido pelos 66 empresários brasileiros e dirigentes de multinacionais à estratégia de renegociação da dívida externa brasileira ao ministro da Fazenda, Dilon Funaro. O apoio unânime ao ministro, que embarca amanhã para Nova Iorque para iniciar os contatos com seus colegas de outros países para a renegociação purianual da dívida, foi oficializado durante jantar promovido na residência do presidente da Gradiente, Eugênio Staub, e que terminou na madrugada de ontem. Funaro explicou rapidamente o seu plano no front interno e se deteve em detalhar a linha que pretende imprimir nas negociações com os países credores durante 30 minutos. Em seguida, houve sessão de perguntas e respostas que durou mais 40 minutos. Funaro explicou que o país não vai trilhar o caminho da recessão que a equipe econômica do governo Figueiredo imprimiu em 1981 e 1982, ao se ver com dificuldades em seu fluxo de caixa. O Brasil não vai abrir mão de manter suas reservas cambiais em condições de promover o crescimento do país dentro da filosofia de livre mercado, anunciou Funaro, o que agradou a todos os presentes. O clima de otimismo reinou à saída do jantar, revelado em todas as declarações de empresários, que anunciaram novos investimentos pela certeza de que o governo brasileiro, agora, tem um plano econômico correto e coerente.

Co-responsabilidade

Outro ponto que agradou aos empresários foi o anúncio de Dilon Funaro de que os ministros da fazenda dos países credores já enviaram sinais a Brasília de que aceitam e entendem que o problema dos países devedores deve ser tratado politicamente, sob o regime de co-responsabilidade de quem emprestou dinheiro do país. Os dirigentes de multinacionais colocaram ainda um dado a mais: a necessidade de se estimular a estabilidade democrática via alívio econômico. Assim, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), André Beer, que reclamava pressa na solução da renegociação da dívida, já mudou sua postura e revelou paciência. O presidente da Volkswagen, Wolfgang Sauer, anunciou investimentos de US\$ 300 milhões nos próximos doze meses. Funaro embarca segunda-feira, a noite para Nova Iorque onde fará duas palestras, na terça-feira, em agências de desenvolvimento e manterá três contatos informais com banqueiros internacionais. Na quarta-feira, Funaro segue a Washington para participar da reunião do comitê interino do Fundo Monetário Inter-

nacional (FMI). Pela primeira vez, consta da pauta do FMI a tese brasileira de co-responsabilidade, o que animou Funaro. O ministro vai aproveitar para manter intensos contatos com ministros dos países credores até sexta-feira. A agenda de Funaro não prevê nenhum contato com William Rhodes, presidente do comitê dos Bancos Credores, pois ele só vai discutir a dívida brasileira com os países. O presidente do Banco Central, Francisco Gros, será o encarregado de conversar com os bancos credores. «A nossa perspectiva não é a de resolver o fluxo de caixa, mas a de obtermos a Renegociação plurianual da Dívida por quatro anos. Os juros não serão pagos enquanto não houver essa solução. Houve o impasse que provocou a moratória e agora o distanciamento está sendo superado e voltamos a negociar», comentou Funaro ao final do jantar.

Insegurança

Funaro disse que o país viveu um momento de insegurança porque os empresários tinham convicção de que viria novo congelamento de preços no aniversário do Plano Cruzado. Por essa razão, houve remarcação exacerbada de preços. A alta inflação verificada nos meses de janeiro, fevereiro e março, no entanto, já começa a recuar, devendo voltar a casa dos 10 por cento já neste mês. As pessoas parecem que já se convenceram que o país viveu uma crise terrível com a recessão de 81 e 82, e agora já sabem que o presidente Sarney não aceita isso. O assessor especial do Ministério da Fazenda, Paulo Francini, afirmou que o resultado do jantar foi uma grande coesão interna que se fecha em torno do compromisso do governo de manter o espaço para a economia apresentar as taxas de crescimento de 7 por cento do PIB. O diretor do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Walter Sacca, foi além:

— Os países credores devem participar dos prejuízos. O governo quer manter o fluxo de caixa e não apenas com aumento das exportações. Já nos traz otimismo de que a inflação vai cair. Qualquer proposta que surja, até mesmo a da conversão dos juros em capital de risco, deverá respeitar que pagaremos apenas aquilo que for renegociado, sem os apertos causados pelas renegociações de curto e médio prazo. O presidente do grupo Ultra, Paulo Cunha, disse que o jantar na residência de Staub firmou um pacto de intenção no sentido de manter o crescimento econômico para proporcionarmos empregos e evolução da base salarial. E o presidente do Banco Econômico, Angelo Calmon de Sá, que foi o primeiro a se retirar que a manifestação dos empresários em apoio a renegociação plurianual da dívida foi «ótima».

Objetivo é reduzir remessa

O Brasil está decidido a reduzir as remessas de dólares para o exterior, nos próximos anos. Esta posição está no centro da proposta a ser apresentada aos bancos credores pelo ministro da Fazenda, Dilon Funaro, e pelo presidente do Banco Central, Francisco Gros, que amanhã estarão em Washington (EUA), para participar da reunião do FMI e do Banco Mundial. O encontro com os banqueiros, aos quais o País deve US\$ 68,6 bilhões, será paralelo às discussões plenárias.

Funaro e Gros vêm colocando a necessidade de diminuir os pagamentos ao exterior nos seus encontros com banqueiros e governos dos países ricos. Na reunião do último dia 24, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Miami, também nos Estados Unidos, Gros advertiu que se for mantido o nível de remessas dos últimos anos, a geração de saldos comerciais (exportações menos importações) «teria de passar por forte recessão interna, o que não estamos mais dispostos a fazer».

Segundo Gros, nos últimos quatro anos, o Brasil realizou pagamentos no

exterior da ordem de US\$ 45,4 bilhões e somente recebeu US\$ 11,5 bilhões — havendo uma transferência líquida de US\$ 33,9 bilhões. Em 1985/86, a transferência líquida aumentou progressivamente, atingindo US\$ 22 bilhões. Ou seja, as remessas representaram, em média, 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) ou 20% da poupança gerada internamente entre 1983 e 1986. E nesses números que se baseia a proposta brasileira. A forma de reduzir as remessas passa por uma renegociação da dívida externa de US\$ 109,2 bilhões que leve a três tipos de decisões: 1 — Os bancos credores deverão converter parte de seus créditos em investimento de risco no País; 2 — Redução dos atuais «spreads» (taxa de risco) de respectivamente 1,5% sobre a «prime rate» norte-americana e de 2% sobre a Libor (de Londres) para algo em torno de 0,8%, como conseguiu o México; e 3 — Jogar para o futuro distante os vencimentos do principal da dívida programados até 1990. Trata-se em síntese, da renegociação plurianual, tentada já no governo Figueiredo e que não vingou.

Dívida chega a US\$ 109,3 bi

A dívida total externa do País atingiu, em junho de 1986, US\$ 109,3 bilhões, sendo US\$ 99,6 bilhões referentes à dívida registrada de médio e longo prazos e US\$ 9,7 bilhões de curto prazo — menos de 360 dias. A informação foi dada ontem pelo Banco Central.

A dívida registrada sofreu um acréscimo de 3,9% em relação ao estoque existente em 31 de dezembro de 1985. O aumento deveu-se, em grande parte, à desvalorização do dólar norte-americano frente às moedas norte-americanas. O total, US\$ 72,075 bilhões são débitos contraídos na moeda dos EUA, ou 72,3%. Entre as demais moedas, o iene japonês participa com US\$ 9,183 bilhões (9,2%); o marco alemão com US\$ 6,025 bilhões, (6%) e os Direitos Especiais de Saque — DES —, do FMI, com US\$ 4,748 bilhões, ou 4,8%.

Segundo o Banco Central,

quanto à composição da dívida registrada, manteve-se a tendência de crescimento dos financiamentos de agências governamentais e organismos internacionais, em oposição aos créditos bancários. A participação destes organismos, incluindo o FMI, e agências atingiu 22,3% em junho de 1986 contra 20,7% em dezembro do ano anterior. Os bancos estrangeiros e as filiais de bancos nacionais no exterior que em dezembro de 85 participavam com 70,5% do total da dívida externa do Brasil tiveram sua parte reduzida para 68,9% em junho de 1986.

Quanto à modalidade dos juros, 77,9% da dívida são regidos por taxas flutuantes, sendo que a Taxa Interbancária de Depósitos em Euromoedas, de Londres (libor), recai sobre US\$ 50,181 bilhões, enquanto que a «prime», taxa básica de Nova York, incide sobre US\$ 16,992 bilhões.

Endividamento Externo		US\$ milhões			
Discriminação	Dezembro/1985	Junho/1986		Junho/1986	
		Valor	Part. Perc.	Valor	Part. Perc.
1. Dívida de Longo Prazo (registrada)		95.857	91,2	99.622	91,2
1.1 - Empréstimos do FMI		4.608	4,4	4.748	4,4
1.2 - Bônus		1.919	1,8	1.907	1,7
1.3 - Financiamento de Importação		22.630	21,5	25.248	23,1
1.3.1 - Entidades Internacionais		7.411	7,0	7.982	7,3
1.3.2 - Agências Governamentais		7.792	7,4	9.495	8,7
1.3.3 - Outros Créditos de Fornecedores		7.427	7,1	7.771	7,1
1.4 - Empréstimos em Moeda		66.195	63,0	67.231	61,5
1.4.1 - Resolução n° 83		11.379	10,8	10.108	9,2
1.4.2 - Lei n° 4.131 e Instrução n° 289		54.816	52,2	57.123	52,3
1.5 - Empréstimos Diversos		505	0,5	488	0,5
A - Dívida Registrada com Bancos		67.554	70,5	68.632	68,9
B - Dívida Registrada com Não Bancos		28.303	29,5	30.990	31,1
2. Dívida Não-registrada		9.269	8,8	9.670	8,8
2.1 - Linhas de Crédito de Import. de Petróleo		2.280	2,7	2.687	2,6
2.2 - Outras Linhas de Crédito		148	0,2	822	0,8
2.3 - Bancos Comerciais		6.007	5,7	6.092	5,6
2.4 - Débitos Diversos (líquido)		100	0,1	100	0,1
2.5 - Clube de Paris em Trânsito e Outros		134	0,1	169	0,1
3 - Dívida Total (1 + 2)		105.126	100,0	109.292	100,0